

# A mordada no IBGE

A principal instituição de pesquisa do país, responsável pelas Contas Nacionais, pelo Censo Demográfico e pelos dados e estatísticas nacionais e regionais mais importantes para a sociedade e o Estado brasileiro, o IBGE está agora obrigado a informar, com 48 horas de antecedência, ao Ministério do Planejamento, o teor de suas apurações. A medida provocou revolta e indignação entre os funcionários. E o pior: a constatação de que o governo atual, assim como os anteriores, mantém o mesmo desconhecimento a respeito do mais importante instituto de pesquisa do país.

Páginas 3

**Plínio de Arruda Sampaio Jr.  
expõe porque deixou o PT**

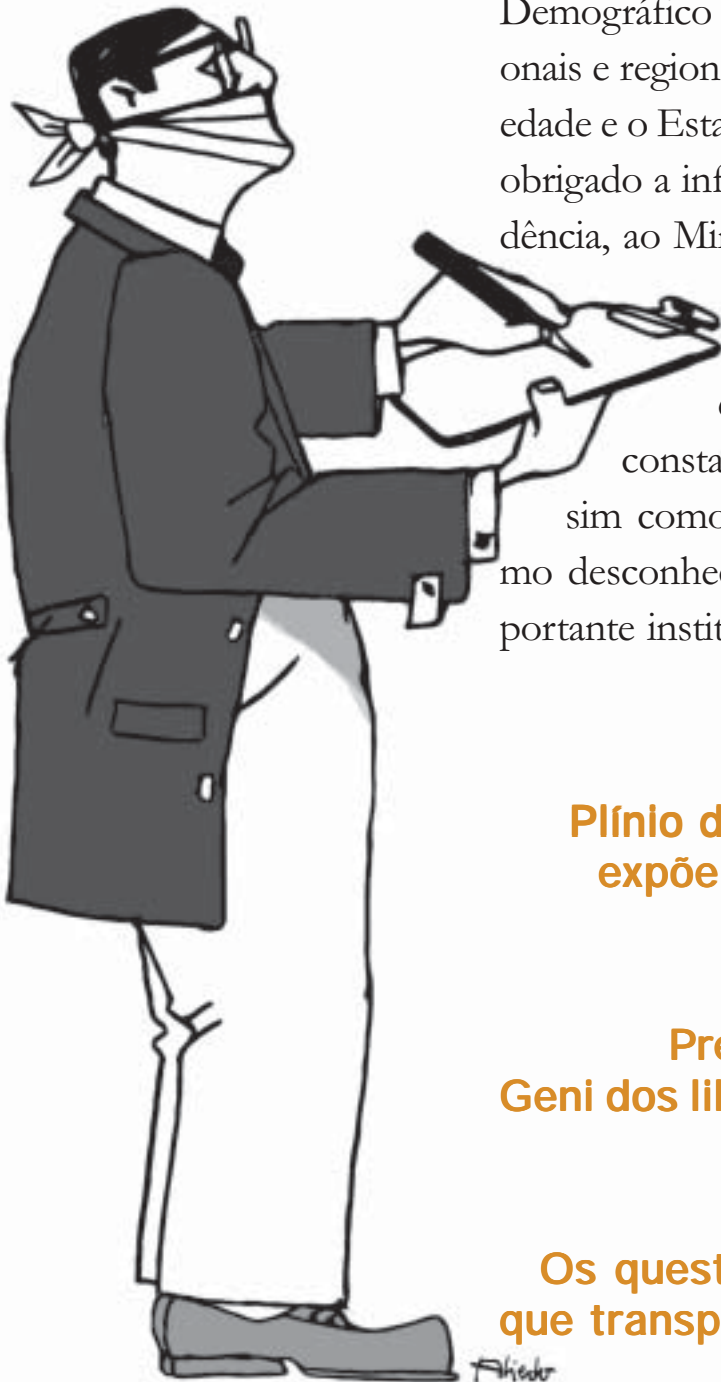
Página 8

**Previdência Social:  
Geni dos liberais é a solução do País**

Página 5

**Os questionamentos ao projeto  
que transpõe águas do Velho Chico**

Página 11



## EDITORIAL

# A mordada, o São Francisco, a Previdência...

**O**novo ano trouxe velhas novidades e reintroduziu na conjuntura questões que muitos acreditavam adormecidas. Entre as primeiras, está a volta da mordada, o mesmo recurso que, pouco tempo atrás, tentou-se calar os Procuradores do Ministério Público e impedir que divulgassem para a sociedade o andamento de processos e apurações de interesse público.

Recentemente, a mordada voltou à cena. Desta vez, através de uma Portaria do Ministério do Planejamento, obrigando que todas as pesquisas e estatísticas nacionais e regionais produzidas pela principal instituição de pesquisa do país, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, sejam informadas previamente ao ministério, com antecedência mínima de 48 horas.

No rol das velhas novidades, ganhou corpo o retorno à cena do projeto de transposição das águas do Rio São Francisco, o Velho Chico, questionado por diversas entidades ambientalistas e do movimento social por servir mais aos proprietários de terras e à política coronelista do que às populações que sofrem com a seca. A velha política de jogar

recursos aos mesmos de sempre, privilegiando o agronegócio e as grandes empreiteiras.

No mesmo diapasão, iniciou-se, a princípio, através da divulgação de “novos números e projeções” sobre o “rombo da Previdência Social”, a campanha de preparativos para uma nova “reforma”, buscando enxugar ainda mais os direitos dos trabalhadores, desta vez, do setor privado. Os mesmos que, tempos atrás, foram garfados em seus direitos previdenciários, com o limite de suas aposentadorias a um teto que os mantém “no mercado” em busca da sobrevivência.

São temas que estão presentes nesta edição do *JE*, que chega com algum atraso a leitores e leitoras, contudo, com uma pontualidade acertada com a conjuntura. Exemplo desta proximidade com o que ocorre à nossa volta é a entrevista com o economista Plínio de Arruda Sampaio Jr., um dos militantes que se desligaram do Partido dos Trabalhadores, recentemente. Por uma razão muito simples, nas palavras de Plínio: “o PT não é mais um instrumento de transformação da sociedade brasileira”.

Com a palavra, leitores e leitoras. ■

## Sumário

- Página 3** Governo *versus* IBGE:  
Mordada para quem precisa – Antonio Carlos Alkmim
- Página 5** Previdência Social:  
Geni dos liberais e solução para o País – Paulo Passarinho
- Página 8** Entrevista – Plínio de Arruda Sampaio Jr.  
O PT não é mais um instrumento de transformação
- Página 11** Rio São Francisco:  
Transpor por que e para quem? – Henrique Cortez
- Página 13** FSM – A economia solidária se expande – Ruth Espínola Soriano
- Página 15** Fórum Popular de Orçamento – Educação terá mais recursos
- Página 16** Corecon-RJ defende nova reforma tributária  
Programa de cursos do Corecon-RJ para 2005

O Corecon-RJ apóia e divulga o programa Faixa Livre, apresentado por Paulo Passarinho, de segunda à sexta-feira, das 7h30 às 9h, na Rádio Bandeirantes, AM, do Rio, 1360 khz.

Jornal dos  
**economistas**

Órgão Oficial do  
CORECON - RJ E SINDECON - RJ

ISSN 1519-7387

**Conselho Editorial:** Gilberto Alcântara, Gilberto Caputo Santos, José Antônio Lutterbach Soares, Paulo Mibielli, Paulo Passarinho, Rafael Vieira da Silva, Rogério da Silva Rocha e Ruth Espínola Soriano.

**Editor:** Nilo Sérgio Gomes  
Correio eletrônico: nilosgomes@uol.com.br

**Ilustração:** Aliedo

**Caricaturista:** Cássio Loredano

**Diagramação e Finalização:**

Rossana Henriques (21) 2462-4885

**Fotolito e Impressão:** Tipológica

**Tiragem:** 13.000 exemplares

**Periodicidade:** Mensal

Correio eletrônico: seapo@corecon-rj.org.br

*As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.*

### CORECON - CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA/RJ

Av. Rio Branco, 109 • 19º andar

Rio de Janeiro • RJ • Centro • CEP 20054-900

Telefax: (21)2232-8178 ramal 22

Correio eletrônico: corecon-rj@corecon-rj.org.br

internet: <http://www.corecon-rj.org.br>

**Presidente:** José Antônio Lutterbach Soares • **Vice-presidente:** João Manoel Gonçalves Barbosa •

**Conselheiros Efetivos:** Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, José Antonio Lutterbach Soares, Renata Leite Pinto do Nascimento, Ceci Juruá, João Manoel Gonçalves Barbosa, Nelson Victor Le Cocq d'Oliveira, Ronaldo Raemy Rangel, Francisco Bernardo de Arantes Karam • **Conselheiros Suplentes:** Gilberto Alcântara da Cruz, Jorge de Oliveira Camargo, Rogério da Silva Rocha, Julio Flavio Gameiro Miragaya, Gilberto Caputo Santos, Arthur Câmara Cardozo, Mario Luiz Freitas Lemos, Eduardo Carnos Scaletsky.

### SINDECON - SINDICATO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RJ

Av. Treze de Maio, 23 • Grupos 1607/1608/1609

Rio de Janeiro • RJ • CEP 20031-000

Tel.: (21)2262-2535 • Telefax: (21)2533-7891 e 2533-2192

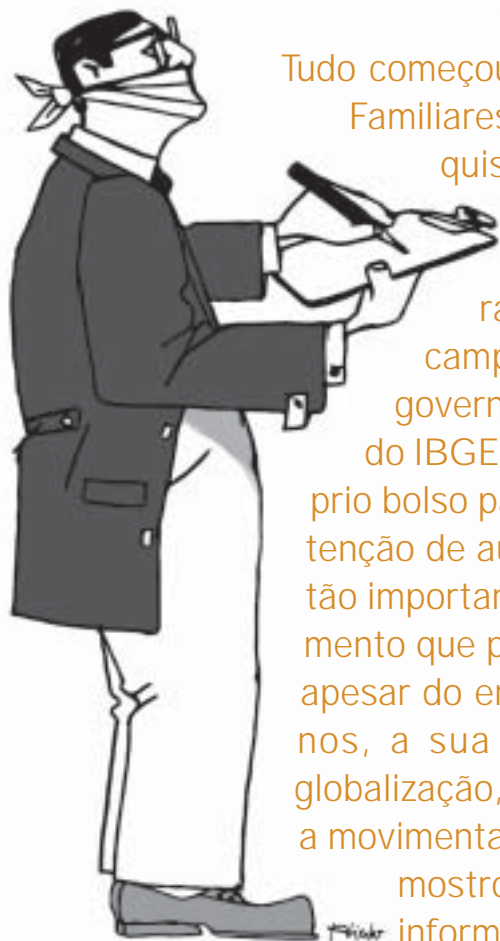
Correio eletrônico: sindecon@sindecon.org.br

**Coordenador Geral:** Paulo Passarinho • **Coordenador de Assuntos Institucionais:** Sidney Pascotto • **Diretores de Assuntos Institucionais:** Ronaldo Rangel, Ceci Juruá, Rogério da Silva Rocha, Rafael Vieira da Silva, Nelson Le Cocq, Antônio Melki Jr e Eduardo Carnos Scaletsky • **Coordenador de Relações Sindicais:** João Manoel Gonçalves Barbosa • **Diretores de Relações Sindicais:** Júlio Miragaya, Gilberto Caputo Santos, Sandra Maria de Souza, Carlos Tibiriçá Miranda, José Fausto Ferreira, César Homero Lopes, Neuza Salles Carneiro e regina Lúcia Gadioli dos Santos • **Coordenador de Divulgação e Finanças:** Gilberto Alcântara da Cruz • **Diretores de Divulgação e Finanças:** Wellington Leonardo da Silva e José Jannotti Viegas • **Conselho Fiscal:** Ademir Figueiredo, Luciano Amaral Pereira e Jorge de Oliveira Camargo.

QUESTÃO NACIONAL Antonio Carlos Alkmim\*

# Governo *versus* IBGE

## Mordada para quem precisa



Tudo começou com o lançamento da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), uma das mais originais e importantes pesquisas atualmente produzidas pelo IBGE e que traz detalhadas informações sobre a estrutura de gastos e padrões de consumo das famílias brasileiras. Importante dizer que a pesquisa foi levada a campo com todas as dificuldades orçamentárias, no governo FHC, quando pesquisadores da rede de campo do IBGE tiveram que, literalmente, tirar dinheiro do seu próprio bolso para cobrir despesas básicas como gasolina e manutenção de automóveis, entre outras, a fim de que se realizasse tão importante empreendimento em todo o país. Um desprendimento que prova a forte intenção dos pesquisadores em cumprir, apesar do enfraquecimento da instituição pelos sucessivos governos, a sua missão institucional, dentro de um contexto de globalização, onde a informação em muitos casos vale mais do que a movimentação dos capitais. A divulgação da POF mais uma vez mostrou que o IBGE, como instituição pública, produz informação com qualidade para toda a sociedade.



O presidente Lula, em declaração descabida, depreciou os resultados da POF, comparando-a com pesquisas realizadas pelos institutos de opinião, desconhecendo sua metodologia. A POF captura diretamente junto às famílias entrevistadas o seu orçamento e, dentro de metodologia própria, através de uma balança, mediu o peso dos entrevistados, ao contrário de perguntá-los se passavam ou não fome, como insinuou o presidente da República.

Palpite infeliz, que reflete o descaso e o desconhecimento, nos seus dois primeiros anos de governo, em relação ao IBGE. Para o Governo Lula o IBGE, ao que parece, é em primeiro lugar um problema. Mais um de seus

anacronismos, pois, durante a campanha eleitoral, Lula declarou que o Planejamento teria uma das funções principais dentro do seu governo. Mas, na verdade, o ministério do Planejamento, visivelmente um ministério secundário, não articula um projeto estratégico para o país e, portanto, pode prescindir ou desconhecer informações estruturais produzidas pelo IBGE.

Se fosse o contrário, o governo não teria tantas dificuldades em se defender de setores da grande mídia, interessados em associar os resultados da POF à pertinência do programa Fome Zero. Pois não esteve, dentro dos propósitos da POF, medir diretamente o evento da fome, que

não é automaticamente associado ao baixo peso, o que exigiria uma maior definição conceitual.

Baixo peso não significa necessariamente desnutrição e ser obeso não significa ter qualidade de vida e também não ser miserável, pobre, desnutrido ou eventualmente passar fome. Neste turbilhão de confusão conceitual, o governo preferiu produzir o seu mais recente ataque ao IBGE, o que vem se tornando habitual.

### Peça tutorial

E veio a mordada, através de uma portaria conjuntamente elaborada pelo ministério do Planejamento e pela própria direção do IBGE. Uma peça tutorial, arbi-

trária e sem precedentes, pois, a lei citada pelo decreto já define os princípios de responsabilidade do corpo técnico do IBGE, em relação ao sigilo das informações. Ao mesmo tempo em que agride os pesquisadores, o decreto procura garantir ao governo o acesso às informações estruturais, como as da POF, com uma antecedência de 48 horas.

O argumento é que não pode a imprensa ter um acesso privilegiado em relação ao governo. Através de um procedimento adotado na gestão anterior do IBGE, ocorre que, geralmente, uma semana antes da divulgação oficial um “embargo” reúne os pesquisadores do IBGE e jornalistas, para melhor esclarecimento

dos resultados da pesquisa que será lançada. Há, por parte dos jornalistas, o compromisso de não divulgar previamente as informações. Quanto aos pesquisadores, estes ficam, como sempre estiveram, sujeitos à sua obrigação quanto ao sigilo. Além de nefasto, o decreto estabelece a contradição. Dá ao governo um acesso privilegiado, lança uma tutela desnecessária aos pesquisa-



mite outra esquizofrenia, que é o vínculo do instituto a uma carreira de Ciência e Tecnologia (C&T), ao mesmo tempo em que está ligado diretamente ao ministério do Planejamento.

O recente episódio da eleição da presidência da Câmara dos Deputados evidenciou que métodos de condução por parte do governo devem ser revistos. O pito, o enquadramento, a arrogância

discussão mais ampla sobre o IBGE. Coloca-se cada vez mais presente a necessidade de realização de um congresso institucional, com ampla participação da sociedade, que redefina o seu papel junto ao governo e à sociedade, preservando como princípio maior a sua autonomia.

Ao invés disso, a direção do IBGE propõe, neste momento, um planejamento estratégico interno e não participativo, ou seja, a mordada de seda. Esperamos que o Governo Lula e a atual gestão do IBGE façam, para usar um termo já não tão em uso, uma reengenharia, e não corram o risco de serem lembrados como aqueles que arrasaram uma instituição tão conceituada e preciosa. ■

Coloca-se cada vez mais presente a necessidade de realização de um congresso institucional, com ampla participação da sociedade, que redefina o papel do IBGE junto ao governo e à sociedade

dores (pois já legalmente definida), mas, ao mesmo tempo, logo após a sua divulgação, apressam-se o ministro e o presidente do IBGE a afirmar em nota oficial que nada mudou em relação aos “embargos” com a imprensa. Samba da estatística louca, e cala-boca para a imprensa.

Criado o contraditório, no interior da instituição instaurou-se o sentimento de revolta, desconfiança e receio. Revolta acumulada com todas as dificuldades inesperadas com o Governo Lula: suspensão da Contagem e do Censo Agropecuário em 2005, restrições orçamentárias crescentes, ataques constantes às pesquisas e às metodologias empregadas, sem uma discussão mais ampla, gestão verticalizada historicamente e não alterada pela atual direção do instituto, sem falar na crescente depauperização das condições salariais, de trabalho e de qualidade de vida dos pesquisadores, que são os efetivos responsáveis pela qualidade internacionalmente reconhecida de nossas estatísticas.

Desconfiança, porque informação com antecedência em mãos do governo nos traz recor-

dações sobre a possibilidade de regresso a tempos infelizes, quando o IBGE sofreu intervenções mais graves e diretas por parte de governos autoritários. Receio, porque ao mesmo tempo em que se lança a mordada aos pesquisadores mantém-se o procedimento do “embargo”, no qual os técnicos, se interpretarmos literalmente o decreto, estão impedidos de participar.

### Congresso institucional

A questão de fundo que se coloca neste episódio é de longo alcance e estrutural. A quem atende o IBGE? Ao governo, à imprensa ou à sociedade? Quem define suas atribuições? Quem o controla?

O IBGE modernizou-se, ampliou substancialmente a sua capacidade de produzir informações, mas continua preso a um formato institucional que o deixa vulnerável. Além de não enfrentar esta discussão junto aos amplos setores da sociedade – Parlamento, entidades civis e sindicais, representantes da comunidade acadêmica – por omissão ou desinteresse o governo ainda per-

espalharam-se como um estilo que se reflete na condução de importantes segmentos do governo e órgãos do Estado. Urge uma

\* Pesquisador do IBGE.  
Correio: alk@ibge.gov.br

**Estácio**

## PÓS-GRADUAÇÃO

**ECONOMIA APLICADA E FINANÇAS**

**Início:** 16 de abril, aos sábados, das 8h às 14h40 (3 sábados por mês)

**Duração:** 14 meses • **Valor:** 14 x R\$ 460,00 (taxa de inscrição: R\$ 50,00)

**Local:** Av. Presidente Vargas, 642 – Centro (Campus Presidente Vargas)

**FINANCIAMENTO SEM FIADOR E SEM JUROS\***

Enquanto estuda, você paga 50% da mensalidade. Os 50% restantes, só após a conclusão do curso, em parcelas mensais.

Para conhecer os outros cursos e as regras do financiamento, acesse [www.estacio.br/posgraduacao](http://www.estacio.br/posgraduacao) ou ligue para a Central de Atendimento.

Ex-alunos graduados e/ou pós-graduados pela Estácio têm desconto de 20%

Inscrições pela internet ou em todas as unidades da Estácio

**Central de Atendimento: (21) 2563-0000**

\*Crédito sujeito a aprovação e não cumulável com qualquer outro desconto.

CONJUNTURA Paulo Passarinho\*

## Previdência Social

# Geni dos liberais e solução para o País

O ano de 2005 teve início com uma forte retomada da ofensiva do pensamento liberal contra a Previdência Social pública. Matérias jornalísticas, destaques para a opinião de economistas liberais, novos números sobre o suposto “rombo” da Previdência fazem parte da estratégia que tem o objetivo de abrir maiores espaços ainda para a evolução da Previdência privada no país. Como meta imediata, preparam-se as condições para maiores fragilizações em relação à Previdência pública. A

desvinculação do reajuste do piso dos benefícios pagos pelo Regime Geral da Previdência Social do índice de correção do salário mínimo é, agora, o próximo passo recomendado pelos “especialistas”, ao gosto do mercado financeiro.

**G**eni, como sabemos, é aquela personagem do nosso universo musical, imortalizada por Chico Buarque de Holanda, em uma das canções da célebre Ópera do Malandro. “Joga pedra na Geni” passou, desde então, a significar uma espécie de bordão, referente à trilha sonora de todo e qualquer *bode expiatório*.

No caso específico da Previdência pública, trata-se de apresentá-la, de acordo com o ponto de vista liberal, como a grande vilã responsável pelo alto endividamento público brasileiro. Afinal, alguma justificativa plausível deve ser apresentada por aqueles que defendem o padrão de administração macroeconômica do país,

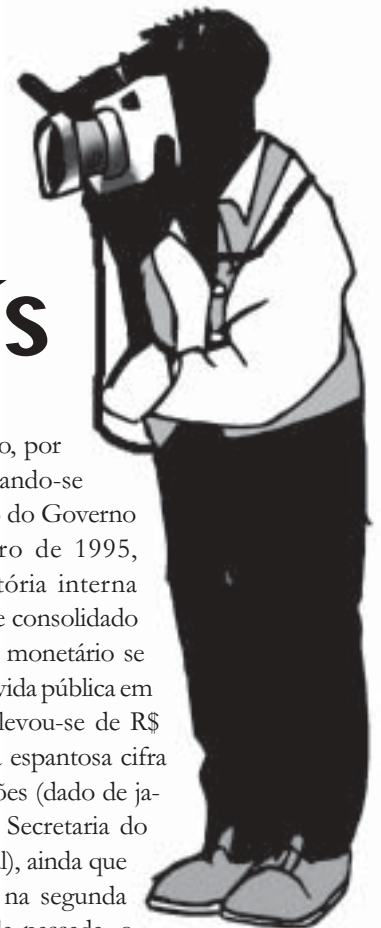
em pleno vigor desde os tempos de Collor e que perdura até os dias atuais.

Nesse período, por exemplo – e levando-se em conta o início do Governo FHC, em janeiro de 1995, quando a moratória interna *collorida* já havia se consolidado e o novo padrão monetário se implantado – a dívida pública em títulos federais elevou-se de R\$ 62 bilhões para a espantosa cifra de R\$ 826,7 bilhões (dado de janeiro de 2005 – Secretaria do Tesouro Nacional), ainda que lembremos que, na segunda metade da década passada, o programa de privatizações do patrimônio estatal foi acelerado, sob o pretexto, dentre outros, de se reduzir a dívida pública.

É lógico que se pode alegar que esse crescimento, em parte, se deu pelo fato do Tesouro ter federalizado as dívidas de estados e municípios, assim como outros chamados esqueletos. Mas o fato inegável é que a grande responsabilidade pela dinâmica e intensidade desse endividamento é da política monetária, coerente com a irresponsável abertura, não só comercial, mas, especialmente, financeira a que estamos submetidos. Até mesmo o próprio endividamento dos estados e municípios, nos anos 90, em grande parte pode ser atribuído a este fator, conforme gostava de lembrar o falecido governador – paulista e tucano – Mário Covas.

### Verdade inconveniente

A política monetária, a rigor, é refém da política cambial que, por sua vez, se pauta pela permissibilidade do amplo trânsito de qualquer tipo de capital externo, dentro da lógica liberal da dependência aos capitais estrangeiros como fator positivo para o desenvolvimento nacional. A necessidade permanente de altas taxas de juros reais – para a atração



dos dólares que nos faltam e para a manutenção do padrão de funcionamento econômico em vigor – e a conseqüente necessidade permanente de venda de títulos, como forma de se *enxugar* a base monetária, expandida pela enxurrada de moeda estrangeira, são os principais fatores de expansão do estoque de títulos públicos em mãos do mercado.

Mas essa é uma verdade inconveniente aos liberais. Enfrentar e denunciar *liberalizações* não são pontos fortes dos herdeiros de Adam Smith ou de Marco Antônio, o imperador romano que já propugnava que o bom governante não deve gastar mais do que arrecada.

Nesse contexto, a justificativa para o galopante e crescente endividamento estatal encontra no surrado e desgastado argumento do “excessivo gasto público” a sua razão de ser. O fato de, nos primeiros quatro anos do governo anterior, apenas em dois deles termos registrado déficits primários (em 1996 e 1997, com déficits em relação ao PIB de, respectivamente, 0,09% e 0,91%) e em todos os demais terem ocorrido superávits expressivos, exceto em 1995 e 1998, parece não fazer a menor diferença.

De 1999 para cá, o resultado fiscal primário foi sempre positivo - acima de 3% do PIB em 99, 2000 e 2001; e acima de 4% em 2002,

2003 e 2004. Entretanto, a dívida em relação ao PIB se elevou de forma contínua, passando de 41,7%, em 1998, para 58,7%, em 2003, e apenas recuando um pouco, agora, em 2004, em decorrência do crescimento do próprio PIB. O que esses dados deixam claro?

Oral Não são os gastos sociais, os investimentos ou a manutenção da máquina administrativa que produzem a expansão e o ritmo do endividamento público. Afinal, se os recursos que a sociedade recolhe aos cofres do Estado – de uma forma injusta e desigual, sob o ponto de vista da progressividade tributária – são aplicados nessas finalidades em um volume inferior ao disponível pelo Tesouro, fica claro que o “ralo” das contas públicas se encontra nas despesas financeiras, infladas não por uma volúpia perdulária do Estado em investimentos e gastos de custeio, e sim por uma política monetária que alimenta de forma contínua o *negócio* da dívida pública, tão ao gosto de banqueiros e rentistas.

É neste quadro, que os gastos sociais da Previdência pública acabam sendo colocados na berlinda, pela lógica ilusionista dos liberais e de seus porta-vozes da grande imprensa. Isto ocorre pelo fato real de, no pleno contexto do brutal arrocho fiscal de custeio e investimentos a que estamos submetidos, as

despesas previdenciárias se expandirem. Gravíssimo pecado para o credo liberal, isso implica apontar de imediato a responsabilidade por tão grave desvio de conduta.

Na opinião da revista *Veja* – que no último mês de janeiro dedicou algumas páginas ao tema – o pecado original encontra-se nos Constituintes de 1988, que estenderam benefícios assistenciais, a serem custeados pela Previdência Pública, a uma massa de trabalhadores – principalmente rurais – que jamais havia contribuído anteriormente, sem que os parlamentares tivessem, para tanto, previsto fontes de receita para tal “orgia de gastos”.

### Rombo ou superávit?

Irresponsabilidade e mentira deslavadas, a revista omitiu que o Constituinte criou fontes de receitas, vinculadas estritamente aos compromissos estatais com a Seguridade Social, conceito que inclui não somente direitos previdenciários, mas também de Saúde e Assistência Social. A Contribuição ao Financiamento da Seguridade Social (Cofins), a Contribuição sobre o Lucro Líquido das Empresas (CSLL), boa parte das receitas dos concursos de prognósticos da Caixa Econômica Federal são exemplos de fontes de receita criadas

ASSOCIADOS

0800 22 4080 - www.jornaldocommercio.com.br

**Atual.**  
Sempre.

**Seu Dinheiro**  
INVESTIMENTOS 25 analistas apontam as melhores combinações de ativos para lucro  
CARTEIRA MÉDIA - PEQUENO INVEST

**JORNAL DO COMMERCIO**  
do Rio de Janeiro

MAIO Pesquisa do IBGE constata expressiva reação do mercado interno

**Produção da indústria é recorde**

**NÃO ENCONTRAM**

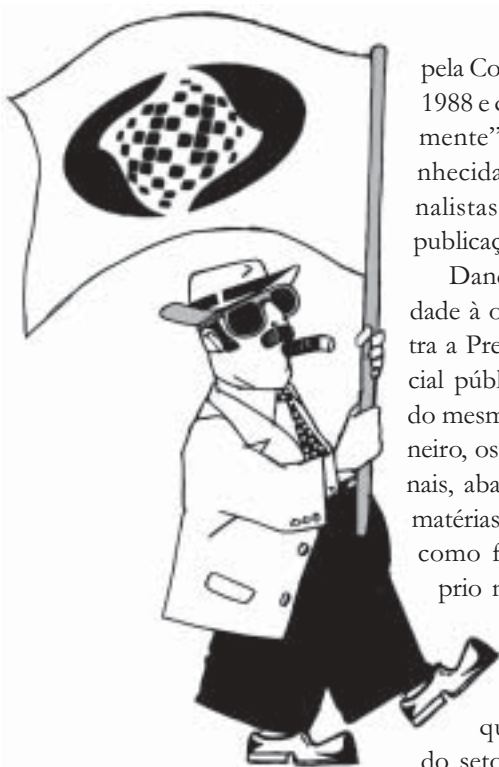
Discussão sobre tabela fica para depois da eleição

PREÇOS Inflação recua na primeira prova de IGP-M

MOEDAS Sinal verde para o dólar

4 indústrias brasileiras registram recorde histórico de produção em maio - julho de 2004 em comparação com o mesmo período do ano anterior - 2,2% contra 2,1% do último. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o crescimento de maio de 2004 foi o maior em 12 meses, impulsionado pelo crescimento de 4,1% a fabricação, 4,1% a mineração, 2,8% a construção civil e 2,2% a indústria de transformação.

Os dados de produção do IBGE refletem os resultados de vendas, apontando crescimento para a indústria de transformação de 4,1%.



pela Constituição de 1988 e que “curiosamente” são desconhecidas pelos jornalistas da referida publicação.

Dando continuidade à ofensiva contra a Previdência Social pública, no final do mesmo mês de janeiro, os grandes jornais, abastecidos por matérias que tinham como fonte o próprio ministério da

Previdência Social, divulgaram que o déficit

do setor havia sido

recorde em 2004: para uma “arrecadação líquida” de R\$ 96,039 bilhões, as despesas com os benefícios pagos atingiram a soma de R\$ 128,742 bilhões. Os números não mentem jamais e a realidade é que, mais uma vez, o “buraco” da Previdência assustava: R\$ 32,703 bilhões! Mais grave: dias após, o jornal *Globo* apontava, em sua manchete principal, em letras garrafais, que em 2005 o “rombo” seria ainda maior.

O fato é que, se é verdade que os números não mentem jamais, nem sempre o mesmo se pode dizer de quem os produz ou os divulga. No próprio mês de janeiro, um leitor atento dos jornais tomou conhecimento que a arrecadação federal, em 2004, havia, também, batido um recorde. Além disso, soube que o tributo que mais influenciou esse recorde havia sido justamente a Cofins, com um aumento de 20,6% em relação ao arrecadado em 2003, perfazendo uma receita de R\$ 79,203 bilhões.

Mais, ainda: soube também que a receita da CSLL havia sido de R\$ 20,264 bilhões. Pois, bem. Apenas o somatório dessas duas receitas – lembremos que criadas para o financiamento da seguridade social – atingiu o montante de R\$ 99,467 bilhões. Mais: em termos de receitas da seguridade social, há de se levar em conta a CPMF (R\$ 27,326 bilhões), entre outras.

Objetivamente, o que ocorre é que por força da chamada Desvinculação de Receitas da União (DRU), o Poder Executivo Federal

é autorizado pelo Poder Legislativo a desestruturar o orçamento da Seguridade Social, com o intuito de se criar as condições orçamentárias para o cumprimento das metas cavaleiras do hiper-arrocho fiscal, representado pelo superávit primário. A citada arrecadação líquida, apresentada no cálculo do suposto déficit previdenciário, é apenas o resultado das contribuições das empresas e dos trabalhadores descontados na fonte. E o suposto déficit é apenas o resultado dessa arrecadação, abatida pelo valor representado pelo total dos benefícios pagos pela Previdência. Em suma: mutilam-se as receitas e as comparam com o **total** das despesas pagas.

A rigor, em valores correntes, caso sejam respeitadas as fontes de receitas da Seguridade Social, criadas pelo Constituinte de 88, e inclusive reforçadas pela criação da CPMF, o saldo anual desse sistema tem sido, do ano 2000 em diante, superior a **R\$ 30 bilhões**. A estimativa desse saldo para o exercício de 2004 é de R\$ 42,53 bilhões, de acordo com os técnicos da Associação Nacional dos Fiscais da Previdência Social (ANFIP), incluindo-se nesses números todas as despesas com a Saúde e a Assistência Social.

### Problema ou solução?

Lembramos, por fim, que esses saldos têm se dado em meio a graves problemas de gestão e da própria estrutura sistêmica da Previdência Social no Brasil, onde destacamos:

- o impacto negativo sobre a arrecadação previdenciária que o processo de baixíssimo crescimento médio da economia, de 1990 até hoje, produz;
- o fato de mais da metade da população economicamente ativa não contribuir com o sistema previdenciário, por se encontrar na informalidade;
- o alto nível de sonegação e/ou apropriação indébita das contribuições de empregados por parte de empresas, por força do precário exercício fiscalizatório, decorrente especialmente do baixíssimo número de fiscais, em exercício;
- o baixo nível de execução fiscal dos devedores da Previdência, cujo montante de débitos ultrapassa a R\$ 200 bilhões;
- a falta de critérios na concessão - e a não compensação pelo Tesouro - das chamadas isenções fiscais previdenciárias;
- a limitação do teto contributivo, vinculado proporcionalmente ao salário mínimo e

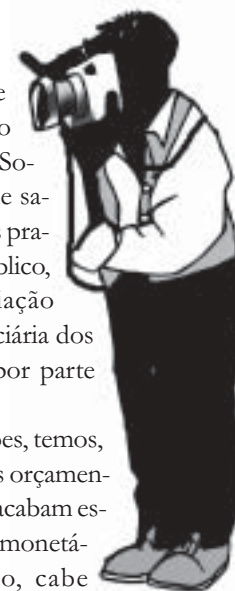
correspondendo ao valor de 10 vezes dessa referência, o que distancia os valores pagos pelo Regime Geral da Previdência Social da realidade do mercado de salários do país, inclusive daqueles praticados pelo próprio serviço público, contribuindo para a apropriação privada da poupança previdenciária dos assalariados de maior renda, por parte de bancos e financeiras.

Com todas essas deformações, temos, mesmo assim, produzido saldos orçamentários anuais significativos, que acabam esterilizados pela iníqua política monetária em vigor. Nesse sentido, cabe lembrar que se os constrangimentos que essa política produz viessem a ser sepultados e, ao mesmo tempo, uma verdadeira Reforma Previdenciária fosse levada à frente, poderíamos constituir no Brasil uma Previdência Social pública absolutamente robusta e equilibrada, sob o ponto de vista financeiro e atuarial. Um sistema que garantisse o pagamento das despesas previdenciárias das gerações já aposentadas, com as contribuições daqueles em idade laborativa. Esse chamado sistema de repartição é viável em nosso país, ao contrário de outros, em decorrência da estrutura etária da nossa população, onde teremos, segundo dados do próprio ministério da Previdência, daqui a 40 anos – em 2045 –, 65% das pessoas com idade acima de 14 anos, economicamente ativas.

Com um sistema com essas características, constituiríamos um regime de pagamentos de pensões e aposentadorias seguro, baseado no trabalho e nas contribuições das gerações em idade ativa, e não nas supostas rentabilidades de um sistema financeiro cada vez mais especulativo e instável. Mas que, por outro lado, com os saldos correntes anuais produzidos, poderia permitir empréstimos para investimentos de médio e longo prazo – remunerados adequadamente e fortalecendo a robustez financeira do sistema proposto.

A Previdência Pública, na verdade, nunca foi um problema: ao contrário, sempre foi uma solução – para o bem ou para o mal – ao gosto de cada um dos governantes que tivemos. ■

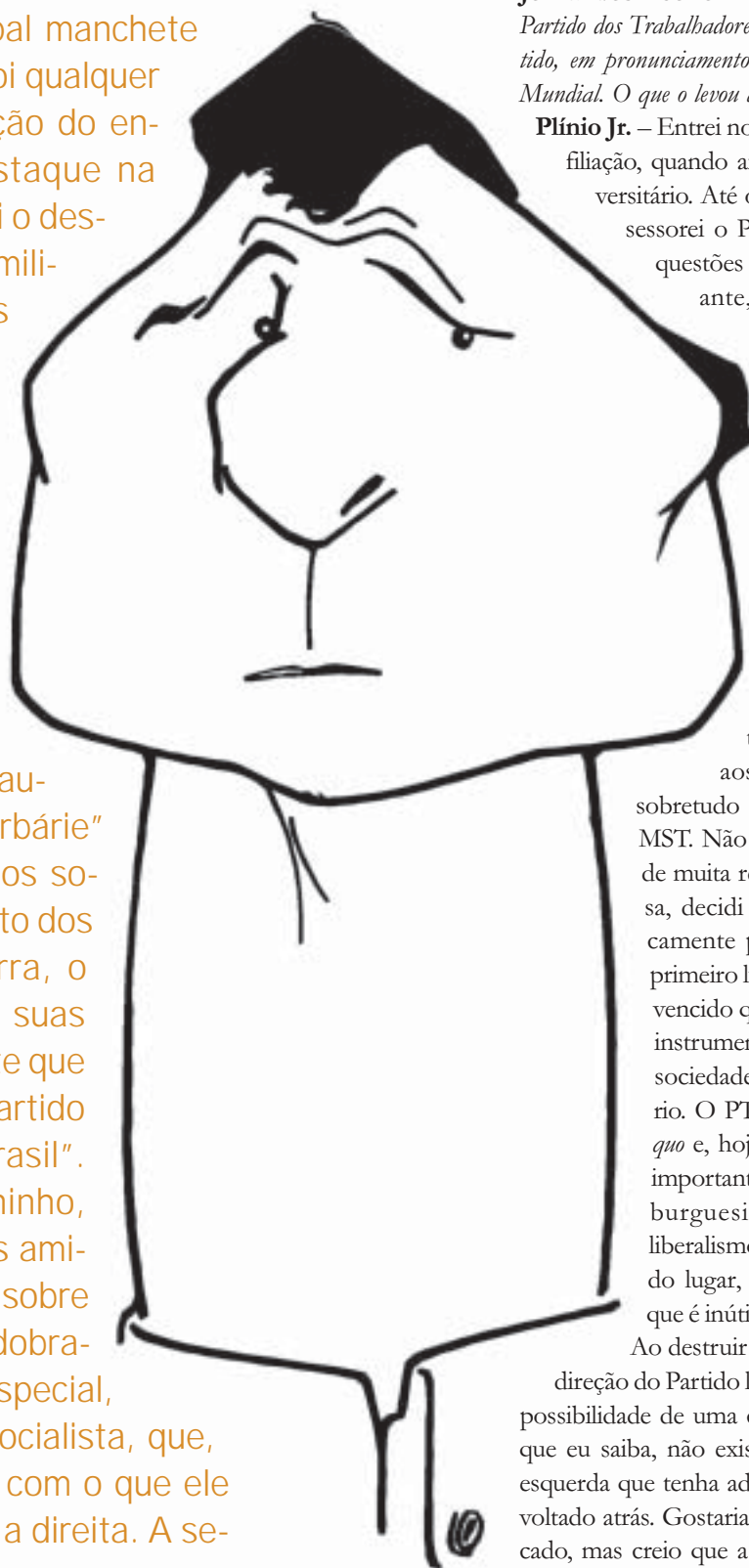
\* Coordenador Geral do Sindicato dos Economistas do Rio de Janeiro (Sindecon)



ENTREVISTA Plínio de Arruda Sampaio Jr., economista e, professor da Unicamp

# "O PT não é mais um instru

Ao final da última edição do Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, a principal manchete da imprensa no último dia não foi qualquer atividade própria da programação do encontro mundial. O grande destaque na mídia ao encerrar-se o Fórum foi o desligamento de uma centena de militantes e filiados do Partido dos Trabalhadores, poucos dias antes da celebração dos 25 anos de fundação do PT. Entre esses militantes, quase todos históricos e fundadores do Partido, nacionalmente e em suas regiões de militância, estava o economista e ex-assessor de Lula e do PT Plínio de Arruda Sampaio Jr., professor da Unicamp, autor do livro "Entre a nação e a barbárie" e assessor de vários movimentos sociais, entre os quais, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o MST. O *JE* foi ouvi-lo e saber suas razões para o desligamento deste que muitos consideram o "maior Partido de esquerda da história do Brasil". Mas também ouvir o que Plininho, como é mais conhecido entre os amigos e militantes de base, pensa sobre a conjuntura atual, os seus desdobramentos e o futuro do país, em especial, da esquerda e do movimento socialista, que, na opinião dele, ficaram órfãos com o que ele considera a guinada do PT para a direita. A seguir, a íntegra de sua entrevista.



**Jornal dos Economistas** – *Você é fundador do Partido dos Trabalhadores e acaba de deixar o Partido, em pronunciamento durante o Fórum Social Mundial. O que o levou a deixar o PT?*

**Plínio Jr.** – Entrei no PT na primeira leva de filiação, quando ainda era estudante universitário. Até o início dos anos 90 assessoriei o Partido e ao Lula sobre questões econômicas. Daí em diante, as discordâncias me afastaram da cúpula do Partido e minha atuação ficou circunscrita à participação em debates promovidos pelos núcleos de base, que tentavam entender e resistir à guinada direitista do partido. Nesse período, acabei concentrando minhas energias no trabalho político junto aos movimentos sociais, sobretudo as pastorais sociais e o MST. Não me arrependo. Depois de muita reflexão e muita conversa, decidi deixar o partido basicamente por dois motivos. Em primeiro lugar, porque estou convencido que o PT não é mais um instrumento de transformação da sociedade brasileira. Ao contrário. O PT converteu-se ao *status quo* e, hoje, funciona como uma importante peça na estratégia da burguesia de reciclar o neoliberalismo no Brasil. Em segundo lugar, porque estou certo de que é inútil batalhar dentro do PT. Ao destruir a democracia interna, a direção do Partido liquidou toda e qualquer possibilidade de uma correção de rota. Alias, que eu saiba, não existe nenhum partido de esquerda que tenha aderido à direita e depois voltado atrás. Gostaria muito de estar equivocado, mas creio que a degeneração política e moral do PT é irreversível.



# mento de transformação”

**JE** – *Quais diferenças você apontaria entre o PT de hoje e o PT que você ajudou a fundar e construir?*

**Plínio Jr.** – No início, o PT era um partido de luta, comprometido com os interesses dos trabalhadores. O Partido encarnava, então, a esperança de profundas mudanças sociais do povo brasileiro. O PT era um partido ousado e combativo. A dinâmica partidária era dada pela energia de quadros organicamente vinculados aos movimentos sociais e às lutas populares. Hoje, o PT é um partido acomodado, perfeitamente integrado à ordem burguesa. O Partido é controlado por burocratas toscos, a serviço de uma oligarquia parlamentar que há muito tempo colocaram suas carreiras pessoais acima de qualquer tipo de projeto coletivo. O PT virou um partido convencional, ou seja, uma simples máquina eleitoral. A incapacidade de o governo do PT promover reformas sociais progressistas é a prova cabal da falência do Partido. Não posso avaliar um Partido que cumpre à risca o receituário de reformas neoliberais ditadas pelos organismos financeiros internacionais.

**JE** – *Seria possível, na conjuntura nacional e internacional em que vivemos, o PT ser um Partido diferente, revolucionário e socialista, por exemplo, rompendo com o FMI e estabelecendo novos marcos de desenvolvimento econômico, político e cultural?*

**Plínio Jr.** – Para quem acredita no fim da história, no pensamento único, no fim da classe operária, na vitória final do capitalismo sobre o socialismo, na invencibilidade dos Estados Unidos, não há mudança possível. Dentro desta concepção, por pior que seja a situação social, os trabalhadores estão condenados a aceitar a realidade como um fato consumado. O problema é que a globalização, as políticas neoliberais, o imperialismo norte-americano acirram as contradições de classe e empurram os povos para a barbárie. A era do capitalismo global gera, portanto, muita insatisfação e muita revolta. O PT deveria ser o instrumento de superação da barbárie. Mas, na hora da verdade, o Partido não esteve à altura dos desafios históricos. Agora, contenta-se em minorar, dentro das limitadíssimas restrições orçamen-

tárias, o sofrimento do povo. Para mudar a sociedade brasileira, o PT deveria ter construído a força política necessária para enfrentar os interesses internos e externos que perpetuam o capitalismo dependente. Não foi isso que aconteceu. Os equívocos de mais de uma década de rebaixamento do programa político, de abandono do trabalho de organização do povo e de adesão aos métodos degenerados da política burguesa acabaram cobrando o seu preço. As administrações do PT ficaram condenadas a enquadrar-se nos cânones da ordem global. Por essa razão, o novo PT não tem a menor condição de promover mudanças socialmente construtivas. Mas é claro que a história poderia ter sido diferente se o PT chegasse ao governo tendo, previamente, construído o poder popular indispensável para enfrentar os donos do poder. Basta olhar o que está acontecendo na Venezuela e o que está acontecendo há 40 anos em Cuba, para saber que não existe nenhum empecilho transcendental que impeça o povo de construir a sua história.

**JE** – *Como avalia a recente vitória do conservador Severino Cavalcanti, do PP de Pernambuco, para presidir a Câmara Federal? Quais implicações esta eleição terá para a democracia brasileira e, em especial, para a etapa final do Governo Lula?*

**Plínio Jr.** – A eleição de Severino Cavalcanti é mais um sintoma da grave crise política latente no Brasil. Ela põe em evidência o gritante divórcio entre as aspirações do povo e as preocupações fisiológicas da chamada “classe política”. Ela escancara a baderna que reina no sistema partidário. O episódio também é pedagógico, para mostrar os efeitos antidemocráticos do Governo Lula. É lamentável que o governo do PT tenha repetido a prática de afogar o Congresso Nacional com Medidas Provisórias e desrespeitar os representantes do povo, a ponto de provocar uma verdadeira rebelião dos deputados. Mais lamentável ainda é que a rebelião tenha sido liderada por um deputado que representa o espectro mais retrógrado da vida política nacional. Por ironia do destino, como bem lembrou o ministro Aldo Rebelo, um leal representante da base de sus-

tentação do Governo Lula. Na minha opinião, o fato não tem maior relevância e será rapidamente digerido pelo Planalto. A vitória do deputado do PP pode tornar mais difícil o dia a dia do Planalto, pode complicar um pouco a equação política da reeleição de Lula, mas não terá maiores consequências para as condições de vida do brasileiro comum.

**JE** – *O que falta, em seu ponto de vista, à democracia brasileira e como podemos entendê-la, após as crises e intervenções de 1922, 1930, 1945, 1954, 1964 e 1992 (impeachment de Collor)?*

**Plínio Jr.** – Aqui há fenômenos históricos bem distintos e é difícil buscar um denominador comum entre eles. No entanto, gostaria de fazer duas observações. Em primeiro lugar, a instabilidade institucional é uma das características da vida política brasileira. Sempre que nossa classe dominante, por qualquer motivo, se sentiu ameaçada, ela não hesitou em conspirar contra a legalidade. A lição deste padrão de comportamento é clara. Não é prudente superestimar o fervor democrático de nossa burguesia. Para os donos do poder a democracia é meramente instrumental. Se julgarem necessário, jogam a Constituição na lata de lixo, sem pestanejar. Portanto, a sorte da democracia brasileira está nas mãos das classes subalternas. Ela interessa basicamente aos trabalhadores do campo e da cidade. Em segundo lugar, é preciso não mitificar o alcance da democracia brasileira. Florestan Fernandes qualificou o padrão de dominação no Brasil como uma “democracia restrita” – restrita aos endinheirados. Para os miseráveis, não há democracia real. Seria, de fato, um contra-senso imaginar que numa sociedade onde impera o “apartheid” econômico, social e cultural, pudesse haver plena democracia política. Por trás do verniz democrático, vivemos uma contra-revolução permanente. A burguesia brasileira tem demonstrado uma incrível capacidade de bloquear qualquer tentativa de introduzir reformas sociais. Por isso, contra tudo o que seria razoável, o Brasil simplesmente não muda e continua campeão mundial de desigualdade social.

**JE** – *Dissidências no PT têm proporcionado a aparição de novos partidos. O que se pode esperar do PSol? Os dissidentes mais recentes do PT pretendem ingressar neste novo Partido?*

**Plínio Jr.** – A traição do PT deixou a esquerda órfã. A constatação de que o PT não é mais um partido comprometido com as lutas populares e a transformação social gera um vazio político que – mais tempo, menos tempo – será preenchido pelos que não abandonaram a utopia de construir uma sociedade justa e democrática. Os companheiros que aderiram ao Manifesto Momento de Ruptura sabem da importância do partido político na luta de classes. Mas não fizemos nenhuma discussão sobre novos partidos. O assunto sequer foi tratado. Só, agora, livre do PT, é que o desafio de construir um novo instrumento político entra na pauta. O processo de

*tes resultados?*

**Plínio Jr.** – É preciso ter muito cuidado para avaliar a conjuntura econômica. Não há dúvida que, 2004, foi um ano melhor do que os anteriores. Mas, se formos examinar os dados com cuidado veremos que o desempenho da economia não foi nada de excepcional. Em primeiro lugar, é importante ter clareza que o crescimento foi determinado, fundamentalmente, de fora para dentro, por uma conjuntura internacional muito favorável. A contribuição do mercado interno ficou por conta, basicamente, da expansão de bens de consumo durável, demandado pelos segmentos mais abastados da população. Nem poderia ser diferente, pois a política fiscal e monetária são fortemente recessivas. Mudando a conjuntura internacional, dificilmente a economia brasileira conseguiria repetir tais resultados. Em

O processo de recomposição das forças socialistas vai ser uma tarefa árdua. O novo partido precisa superar as limitações do PT, que levaram à sua impotência enquanto instrumento de transformação social

recomposição das forças socialistas vai ser uma tarefa árdua. O novo partido precisa superar as limitações do PT, que levaram à sua impotência enquanto instrumento de transformação social. Também precisa envidar todos os esforços para assegurar a unidade das forças de esquerdas, a fim de que não se repita a trágica fragmentação que ocorreu na Argentina. O PSol é uma iniciativa legítima de reorganização da esquerda. Existem outras igualmente legítimas. Espero que todas convirjam para um grande encontro das esquerdas, pois, mais do que nunca, o Brasil precisa mudar e só mudará se houver um partido de esquerda forte e combativo, inequivocamente socialista, capaz de levar às últimas conseqüências o desejo da população brasileira de ajustar as contas com seu passado colonial, de vencer o jugo do imperialismo que asfixia a economia popular e de realizar o sonho de viver em uma sociedade justa e democrática.

**JE** – *Embora todas as críticas ao continuísmo neoliberal da política monetária e da política fiscal, a economia apresentou, em 2004, um desempenho formidável, com alguns recordes de resultados, como na indústria, nas vendas do comércio e na formação de capital fixo. É uma contradição ou o que seriam es-*

segundo lugar, o crescimento em torno de 5% ficou bem abaixo do verificado nas principais economias latino-americanas. Considerando que algo entre 2 e 3 pontos percentuais deste total são produto de efeito estatístico, decorrente da baixa base de comparação do PIB, pois 2003 foi um ano péssimo, o resultado fica pior ainda. Por fim, é necessário diferenciar o que é bom para o capital e o que é bom para o trabalho. Não se discute que 2004 foi um bom ano para o capital, sobretudo, para o setor financeiro. Diga-se de passagem, para vários segmentos do capital os anos anteriores também foram bem bons. Mas não se pode dizer o mesmo em relação ao trabalho. O desemprego continua elevadíssimo e a renda do assalariado fortemente arrojada. Além disso, a política social continua contingenciada e os investimentos públicos deprimidos. Olhando a conjuntura de uma perspectiva mais ampla, a verdade é que nada foi feito para superar os problemas responsáveis pela grave crise econômica e social que se arrasta por mais de duas décadas. Ao contrário do que martela a propaganda oficial, não podemos alimentar ilusões em relação à possibilidade de um neoliberalismo menos regressivo, pois a elevada magnitude de despesas financeiras com o serviço

da dívida externa e a lógica do ajuste fiscal permanente comprometem o crescimento econômico auto-sustentável e inviabilizam as políticas públicas, fazendo com que o País fique refém de seus credores externos e internos. Existe, portanto, um antagonismo inconciliável entre o padrão de estabilidade de preços imposto pelo “mercado” e a possibilidade de uma política econômica que enfrente os problemas concretos da população.

**JE** – *Há alguma política e/ou iniciativa positiva no Governo Lula? Qual? Por que é positiva?*

**Plínio Jr.** – É claro que existe muita gente boa no governo e muita experimentação. Na realidade, mesmo em governos abertamente de direita é possível, aqui e acolá, identificar iniciativas positivas. No entanto, um governo não deve ser julgado por suas iniciativas pontuais, mas pelo sentido mais geral de suas políticas. E, com este critério, o saldo do Governo Lula é péssimo, pois a linha dominante que organiza todas as ações do governo é a aposta na reciclagem do modelo neoliberal. Basta lembrar a onipotência de Meirelles (Henrique Meirelles, presidente do BC), do FMI e do Banco Mundial na condução da política econômica e social, bem como a vergonhosa presença de soldados brasileiros no Haiti, para desvendar a verdadeira natureza do Governo Lula. Trata-se de uma administração que obedece as ordens do “mercado”, dos organismos financeiros internacionais e do governo norte-americano.

**JE** – *Qual a expectativa para a fase final do Governo Lula, nestes dois últimos anos que lhe restam e com a Câmara Federal sob controle de um conservador e político fisiologista?*

**Plínio Jr.** – A vitória de Severino Cavalcante sela, definitivamente, o fim do momento romântico do Governo Lula, quando se sonhava com a possibilidade de que, em algum momento, por algum passe de mágica, o governo abandonaria o neoliberalismo e se reconciliaria com a Nação. Enfim, o mito de que o Governo Lula estava em disputa acabou. Ninguém tem mais a menor dúvida de quem ganhou esta disputa. Portanto, inicia-se, agora, a fase assumidamente pragmática do Governo Lula. Com o tempo, a administração que gerou tanta esperança de mudança tende a ficar cada dia mais parecida com os governos de seus antecessores: FHC, Collor de Mello e José Sarney. ■

COMBATE À SECA Henrique Cortez\*

## Rio São Francisco

# Transpor por que e para quem?



O projeto de transposição do rio São Francisco defendido pelo Governo Federal não atende a grandes desafios da região: regularização fundiária, acesso à água e um modelo de desenvolvimento estruturado na agricultura familiar.

**P**ara nós, do Sul e do Sudeste, o sertão é uma incógnita. Vários anos de seca, seguidos de chuvas intensas, alagamentos e inundações. Ora as reportagens mostram o chão ressecado, ora cidades alagadas.

Sem um contato mais próximo, muitos ficam com a falsa impressão de que o semi-árido é amaldiçoado e que jamais devia ter sido habitado. Conheço a região há anos e, ao longo do tempo, conversei com inúmeras pessoas, com as mais diferentes opiniões, percepções, mas sempre a mesma perplexidade.

De qualquer forma, o problema fundamental continua sendo a seca, o estresse hídrico, o déficit hídrico (evaporação superior à precipitação), o manejo inadequado das reservas de água e a falta de um programa que democratize o

acesso à água. A seca não depende de nossa vontade porque é resultado de condições geográficas e climáticas. Neste sentido, não existe combate à seca; no máximo teremos como conviver com ela, da mesma forma como os esquimós convivem com a neve.

As necessidades especiais da população do semi-árido são mais do que justas, e para atendê-las é necessário romper com as simplistas e ineficientes megas obras na região e compreender que é possível desenvolver modelos de convivência com a seca, tendo como resultado o combate ao maior flagelo da região – a fome.

A fome no semi-árido está claramente associada à seca e, mais precisamente, ao acesso à água. Água para beber, para irrigar, para viver dignamente. O acesso à água é a chave para o

combate à fome. Mas esta observação não é uma emocionada defesa da transposição do rio São Francisco. Ao contrário, embasa uma oposição aos equívocos deste projeto porque, na realidade, pouco ou nada significará para milhões de pessoas que continuarão sem acesso à água.

### Lógica centenária

Este projeto de transposição é, na essência e no conceito, o mesmo do governo Fernando Henrique Cardoso, que foi concebido para oferecer segurança hídrica aos grandes reservatórios, permitindo sua operação com maiores níveis médios, independentemente da recarga pluvial. Tendo os reservatórios como destino final, o projeto demonstra a manutenção do histórico modelo de uso dos reservatórios – 70% para agricultura irrigada, 26% para uso dos grandes centros urbanos e apenas os 4% restantes para o

uso difuso, ou seja, para a população isolada e dispersa. E isto em apenas 5% do semi-árido.

A agricultura irrigada, neste caso, é a fruticultura e a carcinicultura (criação de crustáceos, especialmente, camarão), o rosto do agronegócio exportador no semi-árido. O agronegócio já está na região há mais de 20 anos e pouco ou nada contribuiu para a geração de emprego e renda ou de padrões mínimos de verdadeira inclusão social.

Esta transposição segue a lógica centenária de que a seca no semi-árido pode ser combatida com grandes intervenções, grandes obras e, agora, com um salvacionista programa de obras, tão monumental quanto o problema da seca.

Nisto está a essência da criação do Departamento Nacional de Obras Contra a Seca – DNOCS, em 1945, com a concepção de combate à seca através de obras, principalmente, a construção de açudes e/ou reservatórios.



O DNOCS já construiu 291 açudes públicos, armazenando mais de 15,3 bilhões de metros cúbicos de água. Na verdade, o conjunto de açudes e reservatórios públicos e privados do Nordeste possui potencial de armazenamento superior a 30 bilhões de metros cúbicos de água. Este volume potencial de armazenamento já seria, em tese, mais do que suficiente para atender à demanda da população do semi-árido.

O semi-árido brasileiro já conta com uma impressionante rede de reservatórios e adutoras, mas pouco mudou para a maioria da população sertaneja, mesmo depois de 60 anos da criação do DNOCS, que por sinal é subordinado ao Ministério da Integração Nacional.

No entanto, mesmo com uma significativa açudagem, ainda são frequentes as imagens de açudes quase vazios, mas, ainda assim, com potentes bombas de sucção, captando grandes volumes de água para irrigação, mesmo com a maior parte da população do entorno sedenta e dependendo de carros e jegues-pipa, em clara violação da lógica, da ética e da legislação.

Ainda hoje muitos dos reservatórios perdidos no início de

2004 não foram recuperados e outros tantos possuem sérios problemas de segurança por falta de manutenção, sempre sob o argumento da falta de verbas.

Não basta um gigantesco esforço para a construção de açudes e barragens porque é absolutamente necessário um modelo de gerenciamento que garanta a sua eficiência, sua segurança e seu uso racional. Lamentavelmente isto ainda não foi sequer debatido, quanto mais solucionado.

### Um milhão de cisternas

Ao longo do tempo e dos mais diversos governos federais, ficou demonstrado que, independentemente dos problemas crônicos de gerenciamento da açudagem, este conjunto de obras não atendeu à sua razão primeira – garantir à população do semi-árido uma convivência minimamente digna com a seca.

Em resposta ao fracasso das grandes obras contra a seca, retoma-se a proposta de solucionar o problema com uma megaobra. Pena que ela não vá levar água aos que tem sede, porque não é este o seu objetivo. Ao ser concebida para a segurança hídrica dos reservatórios, a transposição servirá ao maior usuário dos reservatórios e adutoras – a agricultura irrigada. Ela garantirá os crescentes volumes de água exigidos pelo agronegócio exportador.

Este projeto, portanto, como todas as outras grandes obras que pretensamente combateriam a seca, não atende aos maiores desafios da região: a regularização fundiária, o acesso à água e a consolidação de

um modelo de desenvolvimento baseado na agricultura familiar.

Nas regiões Sul e Sudeste, os programas de convivência com a seca no semi-árido são pouco conhecidos. O mais importante e significativo é o P1MC – Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semi-Árido: um milhão de cisternas rurais, coordenado pela Articulação no Semi-Árido Brasileiro – ASA ([www.asabrasil.org.br](http://www.asabrasil.org.br)). O programa P1MC, lançado em 2000, tem como meta construir, em cinco anos, um milhão de cisternas de placas na região, que proporcionarão água limpa e de qualidade para cinco milhões de pessoas. O programa já construiu mais de 54 mil cisternas, que beneficiam 260 mil pessoas.

Sua importância pode ser compreendida a partir do fato que uma cisterna, com 15 mil litros em média, pode garantir o fornecimento de água para uma família de 5 pessoas por 8 meses, que é o período normal de estiagem na região. Um amplo e bem organizado programa de apoio à construção de cisternas, com plena integração federal – estadual – municipal, não apenas seria uma micro-solução importante para a sobrevivência do sertanejo, como também, ao eliminar a indústria dos carros e jegues-pipa, seria um grande golpe no modelo mais demagógico do coronelismo.

Não se deve acreditar em soluções únicas e simples para problemas complexos, e no semi-árido não é diferente. O semi-árido precisa de políticas públicas eficazes, concebidas de forma integrada e sistêmica, que incluam incontáveis experiências de convivência com a seca. A convivência com a seca exige várias ações e projetos, dentre os quais as cis-

ternas “de beber”, as cisternas comunitárias, as cisternas de produção, as barragens subterrâneas, as mandalas, e por aí vai. Mas, acima de tudo, é necessário garantir o acesso à água.

Um projeto equivocados, como a transposição do rio São Francisco, atenderá os privilegiados de sempre e manterá as frequentes imagens de rios completamente secos, de açudes exauridos e de ricas áreas irrigadas ao lado da mais impensável aridez, simplesmente porque não visa criar garantias de acesso à água.

Se for para levar água a quem já tem acesso não há necessidade de qualquer projeto, bastando aumentar a eficiência no gerenciamento e nos usos da açudagem disponível. Para isto, não é necessário



fazer nada muito complicado, muito menos um projeto como a transposição do rio São Francisco.

É necessário e fundamental que se foque nas efetivas soluções de convivência com a seca, ou manteremos a atual lógica perversa, em que vemos adutoras tão próximas e, ao mesmo tempo, tão distantes de tantos. Não adianta tangenciar o problema – precisamos garantir o acesso à água. O acesso à cidadania.

Para nós, no Sul e no Sudeste, o acesso à água é tão simples: abrir uma torneira. Para milhões de brasileiros, continuará um sonho distante. ■

\* Ambientalista, subeditor do Jornal do Meio Ambiente.



FÓRUM SOCIAL MUNDIAL Ruth Espínola Soriano\*

# A economia solidária se expande



**G**ilberto Maringoni, em artigo da Agência Carta Maior, tem razão quando afirma que esta foi a melhor e a mais política de todas as edições do Fórum Social Mundial (FSM), tendo sido a menos fragmentada, já que em sua nova estrutura, a verticalidade favoreceu articulações entre entidades, redes, associações, organizações da sociedade civil, agremiações políticas de todo o mundo.

Neste contexto, o movimento mundial da economia solidária não tem do que se queixar. Desde o primeiro Fórum, há um esforço no sentido de abrir espaços políticos de debates e visibilidade desta nova economia que se afirma enquanto mundial, prática vigente de um modo de produção alternativo ao hegemônico.

Em 2005, mais de 50 redes e movimentos internacionais de economia solidária se articularam em prol do FSM. O objetivo maior destas redes é permitir avanços na reflexão sobre suas práticas, construir uma agenda

comum visando o desenvolvimento deste movimento por uma economia alternativa.

Este ano foi ainda mais importante para as articulações brasileiras de economia solidária, especialmente, para a Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária e para o Fórum Brasileiro de Economia Solidária. Há quase dois anos elas conquistaram e dispõem de uma Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego e coordenada pelo economista Paul Singer.

## Rede de gestores

Pela primeira vez, na história do país, a economia solidária é reconhecida enquanto objeto de políticas públicas em nível federal, a exemplo da histórica experiência no Canadá e na França (Governo Jospin). Soma-se ainda o fato de, até dezembro de 2004, mais de 30 entes federativos executavam políticas públicas regionais na temática, dentre eles, três



estados da Federação. Estes, juntamente com a Senaes, compõem a Rede de Gestores de Políticas Públicas em Economia Solidária.

Certamente, o cenário que o Governo Lula tem apresentado a este movimento contribuiu para a visibilidade da economia solidária no FSM de 2005, assim como o processo de articulação das redes internacionais nesses cinco anos de Fórum.

O eixo temático em que a economia solidária ganhou mais visibilidade foi o intitulado “Economia soberana dos e para os povos – contra a globalização neoliberal”. Os principais seminários organizados conjuntamente com as redes internacionais foram: finanças solidárias; segurança e soberania alimentar; economia solidária e Estado – radicalização da democracia; redes e cadeias de produção, comercialização e consumo; atores, movimentos sociais e segmentos protagonistas.

O painel que discutiu o tema chamou-se “Economia solidária: desenvolvimento soberano e sustentável”, cuja mesa foi moderada por Ignacio Ramonet, diretor do *Le Monde Diplomatique*, e composta por Paul Singer (Senaes/Brasil), José Luiz Coraggio (economista e assessor do Governo da Argentina), Carola Reintjes (Espanha), Kamal Chenoy (Índia).

O FSM teve ainda uma moeda social, o Txai. Contou com a

presença de mais de 600 trabalhadores da economia solidária de todo Brasil; priorizou a comercialização e produtos do Fórum, oriundos de diversas cadeias produtivas da economia solidária do Brasil, especialmente da região sul.

É notório que a economia solidária ainda não seja bem compreendida e estudada pela maioria dos economistas. Há várias razões para isto, dentre elas po-



demos apontar algumas: por ser recente no meio acadêmico brasileiro; por suscitar questões polêmicas quando falamos do mundo do trabalho cooperativista ou de uma retomada do projeto socialista; por seu teor utópico etc.

Urge trazeremos esta questão para um debate mais amplo, tanto em nossa categoria quanto para o grande público. Isto porque “uma outra economia já acontece”, o que é um dos lemas do movimento no Brasil. ■

\* Economista do PACS Políticas Alternativas para o Cone Sul.

# É FÁCIL DECORAR. É FÁCIL REFORMAR.

O Banrisul financia para você.



\* Crédito sujeito a aprovação.

## Financiamento Construção & Decoração

Para construir, reformar ou decorar sua casa ou escritório, conte com o Banrisul. Faça um orçamento em qualquer estabelecimento comercial, apresente-o em sua agência e o Banrisul financia\* com prazo alongado e parcelas fixas, incluindo as despesas com a mão-de-obra. Dessa forma, o lojista recebe à vista e você pode negociar um desconto.

[www.banrisul.com.br](http://www.banrisul.com.br)  
**banrisul**  
BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.

 Governo do  
Rio Grande do Sul  
ESTADO QUE TRABALHA UNIDO

FÓRUM POPULAR DE ORÇAMENTO

# Educação terá mais recursos

Tudo indica que a educação deverá ter um acréscimo de aproximadamente 15%, no orçamento municipal deste ano, em relação a 2004, totalizando assim cerca de R\$ 1,6 bilhão. Ao comparar a função educação com as demais, observamos que esta representa o terceiro maior gasto (17,74% do orçamento total), ficando atrás da Previdência Social (20,96%) e da Saúde (19,24%).

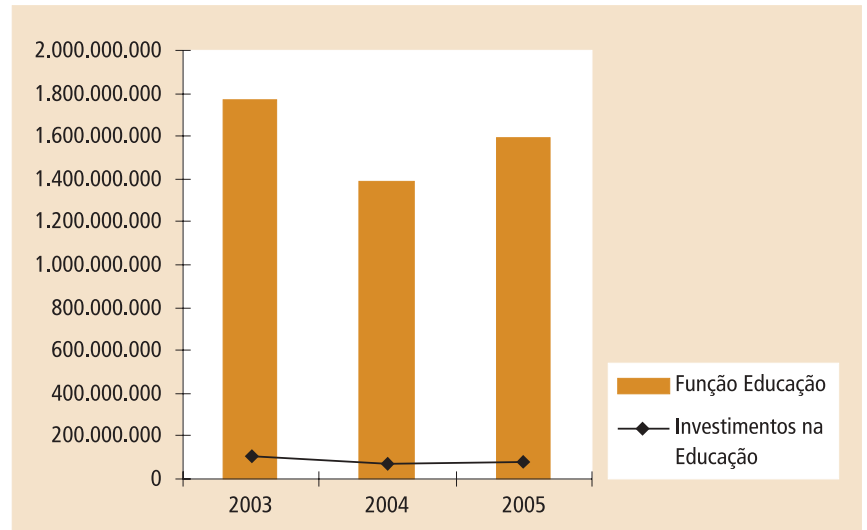
Pelo gráfico ao lado podemos visualizar a retomada dos gastos em Educação, em conjunto com os investimentos. Em 2004, a função representava aproximadamente R\$ 1,39 bilhão e os investimentos aproximadamente R\$ 69,2 milhões. Para 2005 representam, respectivamente, R\$ 1,6 bilhão e R\$ 76 milhões.

Já o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério – Fundef – não acompanha esse crescimento em relação a 2004. Para 2005, é prevista uma diminuição total de R\$ 1,89 milhão.

Podemos observar que mesmo com o aumento da participação na constituição do Fundef (contrapartida do município), o valor total é reduzido em função da queda das transferências. Tal queda pode ser explicada devido ao cálculo feito para a obtenção do Fundef, que considera entre outras variáveis o número de matrículas. Para 2004, é previsto um total de 767.524 matrículas e para 2005, curiosamente, 763.252, ou seja, 4.272 matrículas a menos.

### Limites constitucionais

De acordo com o art. 212, da Constituição Federal, o município aplicará, anualmente, no mínimo, 25% da receita resultante de impostos, inclusive as transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino. Segue abaixo o quadro demonstrando o cálculo para a obtenção do índice de aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Público (MDE).



Pelos resultados obtidos a aplicação na MDE esta dentro da lei constitucional, porém, em relação a 2003 é observada uma queda do percentual de aplicação, ou seja, um aumento das despesas em proporção menor do que as receitas consideradas. O aumento das receitas é caracterizado em maior parte pelos Impostos Próprios – IPTU, ISS, ITBI e multas e juros da dívida ativa.

### Capacitação

Segundo a mensagem do Executivo, na Proposta Orçamentária, uma das prioridades em educação para 2005 é a “valorização dos profissionais em educação e a inclusão digital dos alunos da rede municipal pública de ensino”. Destacamos abaixo dois programas que caracterizam as prioridades citadas.

1º “Capacitação de Recursos Humanos” (Educação) – objetivos: promover a qualidade na gestão pública, dando continuidade à qualificação dos servido-

res, assegurando a melhora dos serviços e o aumento da produtividade.

2º “Desenvolvimento da Informática Educativa” – objetivo: dotar as unidades de novas tecnologias, introduzindo a linguagem da informática no processo pedagógico, modernizando e qualificando a educação e facilitando a inclusão social do aluno.

É notório que as prioridades descritas em relação aos anos anteriores perde consideravelmente em termos orçamentários, o que não significa dizer ineficácia da prioridade, uma vez que não é considerada a execução dos programas, cabendo no decorrer de 2005 acompanhar a execução.

Os gastos com funcionários em atividade na educação cresceram, em relação a 2003, aproximadamente 21%, enquanto com os inativos, 10%. Cabe ressaltar que os gastos com ativos da educação representam 67% do total. Já os inativos representam 25% dos gastos totais da função Previdência Social. ■

Em milhares R\$

Receitas Arrecadadas	2003	2004	2005
Impostos Próprios	2.233.170	2.739.636	3.045.571
Transferência do Estado	1.068.981	1.347.377	1.406.047
Transferência da União	260.389	288.767	333.608
Participação na Constituição do Fundef	161.105	203.453	210.326
Transferência Adicional do Fundef	399.795	510.534	501.771
<b>Total (A)</b>	<b>4.123.440</b>	<b>5.089.767</b>	<b>5.497.323</b>
Despesas Realizadas			
Secretaria M. de Educação	1.135.371	1.256.729	1.372.675
Secretaria de M. Esporte e Lazer	-	-	22.140
Secretaria M. de Desenv. Social	23.699	19.039	29.043
Secretaria Municipal de Administração	422.718	451.880	465.842
<b>Total (B)</b>	<b>1.581.788</b>	<b>1.727.648</b>	<b>1.889.700</b>
<b>Percentual Aplicado na MDE (B / A)</b>	<b>38%</b>	<b>34%</b>	<b>34%</b>

As matérias desta página são de responsabilidade da equipe técnica do Corecon-RJ, de apoio ao Fórum Popular de Orçamento do Rio de Janeiro. Coordenação Executiva do Fórum: Ruth Espinola Soriano, Luiz Mario Behnken e Camilla Sampalo. Estagiários: Bruno Lopes e Thiago Marques.

Correio eletrônico: fporj@bol.com.br - Portal: www.corecon-rj.org.br - www.fporj.blogger.com.br

# Corecon-RJ defende reforma tributária progressiva e justa

Em nota enviada aos senadores e deputados federais, o Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro defende uma nova reforma tributária, que reduza as desigualdades sociais e promova a justiça. É a seguinte a íntegra da nota enviada aos parlamentares:

**O** Brasil precisa crescer gerando emprego e renda. Somos campeões de desigualdade social no mundo, temos uma das maiores taxas de juros do planeta e um sistema de tributação regressivo, que aumenta as nossas injustiças.

Precisamos de uma reforma tributária progressiva que reduza as desigualdades, promova investimentos em infraestrutura e na área social, e resgate a nossa imensa dívida para com nosso povo.

A Medida Provisória 232 e os contínuos aumentos nas taxas de juros caminham em

direção oposta, inibindo investimentos, onerando trabalhadores e empresários produtivos, ao contrário do que se faz em nosso país com o capital financeiro e especulativo.

A Reforma Tributária é uma necessidade que precisa ser democraticamente debatida pela sociedade, não podendo ser resolvida por meio de medidas e pela via do recurso a “Medidas Provisórias”.

*Rio de Janeiro, 07 de março de 2005*

*Conselho Regional de Economia da 1ª Região – Rio de Janeiro*

## CURSOS DO CORECON/RJ

### PROGRAMAÇÃO DE CURSOS PARA 2005

#### TEORIA DOS JOGOS

Curso de 24 horas-aula

Professor Ronaldo Fiani (Doutor IE/UFRJ)

#### Conteúdo

Analisando os jogos – Equilíbrio de Nash – Jogos seqüenciais – Jogos repetidos – Jogos de informação incompleta

#### ECONOMIA DO BEM-ESTAR, IGUALDADE E POBREZA: UMA LEITURA CRÍTICA

Professor João Leonardo Medeiros (Doutor IE/UFRJ)

#### Conteúdo

A tradição utilitarista e as teorias ortodoxas da pobreza – A revisão seniana: a justiça como equidade de Rawls/Sen – Leituras críticas das concepções ortodoxas da pobreza

### CURSOS PROGRAMADOS

**Tópicos de Economia Política de Saúde** – Carlos Octávio Ocké-Reis – 8 horas-aula – às terças-feiras – 29/mar a 19/abr

**Teoria dos jogos** – Ronaldo Fiani – 24 horas-aula – às quartas-feiras – 6/abr a 23/maio

**Filosofia: uma introdução** – Miguel Angel Barrachenea e Luiz Celso Pinho – 24 horas-aula – às quartas-feiras – 4/maio a 22/jun

**Economia e meio ambiente** – Cláudia Lúcia Bisaggio Soares – 12 horas-aula – de segunda-feira a quinta-feira – 27 a 30 jun

**Economia do bem-estar, igualdade e pobreza** – João Leonardo Medeiros – 24 horas-aula – às quintas-feiras – 7/abr a 9/jun

**Avaliação de projetos - tópicos avançados** – Eduardo Sá Fortes – 24 horas-aula – aos sábados – 7/maio a 25/jun

**Regimes monetários: teoria** – André Modenesi – 12 horas-aula – às segundas e quartas-feiras – 4 a 25/jul

**Regimes monetários: experiência do Real** – André Modenesi – 12 horas-aula – às segundas e quartas-feiras – 8 a 29/ago

#### Introdução à Economia Política:

**o pensamento de Karl Marx** – Pablo Bielschowky e Rodrigo Castelo Branco – 16 horas-aula – às quintas-feiras – 4/ago a 22/set

**O pensamento econômico de Keynes** – Jeniffer Hermann, João Sicsú e outros – 16 horas-aula – às segundas-feiras – 5/set a 24/out

**Filosofia** – Miguel Angel Barrachenea e Luiz Celso Pinho – 24 horas-aula – às quartas-feiras – 14/set a 16/nov

**Análise de Investimentos** – Eduardo Sá Fortes – 16 horas-aula – às quintas-feiras – 6/out a 3/nov

**Matemática aplicada à teoria econômica** – Jorge Cláudio Cavalcante – 30 horas-aula – às terças e quintas-feiras – 1º nov a 13/dez

Visite a página <http://www.economistas.org.br> para obter maiores informações e efetuar sua inscrição. Sugira um curso de seu interesse e dê sua opinião.